



Concurso Público para provimento de cargos de
**Técnico Superior de
Procuradoria**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova '06', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PORTUGUÊS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Interesse público e direitos individuais

Hoje em dia, as relações humanas são fugazes, surgem e desaparecem sem deixar vestígios. O Direito não pode ignorar essa realidade, sob pena de não cumprir sua função: manter a ordem jurídica. O grande desafio é compatibilizar a realização do interesse público com as garantias e os direitos individuais, que têm o fundamental papel de defender o cidadão contra o Estado.

Nesse quadro, os avanços tecnológicos acabam representando uma dificuldade especial. De um lado, as tecnologias à disposição dos particulares muitas vezes são instrumentos para desvios de conduta. De outro lado, para coibir ou punir tais comportamentos, o Estado tem que recorrer a similares tecnologias que invadem a privacidade dos cidadãos.

A questão é como conciliar as imprescindíveis ferramentas de investigação à disposição do Estado com o direito à defesa e ao contraditório, garantias constitucionais. A regra geral é que o direito à defesa e ao contraditório devem ser garantidos aos particulares antes que eles sejam afetados por atos estatais.

Em alguns casos, porém, o oferecimento de oportunidade de defesa antes da atuação estatal é incompatível com o interesse público que ela visa tutelar. É o caso, por exemplo, da apreensão de alimentos contaminados para impedir sua comercialização. Não teria sentido permitir que o comerciante continuasse vendendo alimentos contaminados ao público apenas para que ele pudesse exercer previamente o direito de defesa; a oportunidade de manifestação prévia representaria definitivo prejuízo para o interesse público. Daí porque, em hipóteses excepcionalíssimas, o direito de defesa pode ser flexibilizado, mas apenas no limite indispensável à preservação do interesse público e de forma a representar o menor ônus ao particular.

No caso de escutas telefônicas autorizadas por ordem judicial para fins investigatórios, é possível afirmar com segurança que sua realização não é compatível com o exercício prévio do direito de defesa, pois, do contrário, elas seriam

destituídas de qualquer sentido útil ou prático. Em razão da natureza específica dessa operação, o direito de defesa deve ser garantido após o término do período da quebra de sigilo telefônico.

(Adaptado de Pedro Paulo de Rezende Porto Filho. 10/01/2009. www.conjur.com.br)

1. De acordo com o texto, na complexa relação entre interesse público e direitos individuais, a manutenção da ordem jurídica
 - (A) pode vir em segundo plano, caso esteja em risco a garantia do interesse público.
 - (B) dependerá sempre da sobreposição dos direitos individuais ao interesse público.
 - (C) pode implicar a inobservância temporária de direitos individuais, para salvaguardar o interesse público.
 - (D) dependerá sempre da análise de caso, à falta de qualquer princípio geral que proporcione um norteammento.
 - (E) pode ser sacrificada, no caso de haver flagrante incompatibilidade entre essas duas instâncias.
2. No desenvolvimento do texto, o autor coloca em sequência as seguintes operações:
 - (A) explicitação de um conflito desafiador – identificação de um parâmetro geral de orientação – exemplificação de casos excepcionais.
 - (B) denúncia da instabilidade da ordem jurídica – exposição de medidas paliativas – promoção das vantagens das ferramentas tecnológicas.
 - (C) reconhecimento dos avanços tecnológicos – avaliação de uma crise institucional – proposição de um parâmetro geral.
 - (D) resumo das instabilidades do quadro jurídico atual – proposição de medidas excepcionais – recusa das intervenções tecnológicas.
 - (E) diagnóstico da crise atual do Direito – proposta para a eliminação do direito ao contraditório – crítica ao exercício prévio do direito de defesa.
3. Os dois casos apresentados como exemplos (o do comerciante e o da escuta telefônica) servem à demonstração de que
 - (A) ordens judiciais não podem flexibilizar-se em função de situações particulares.
 - (B) ocorrências específicas inviabilizam o exercício prévio do direito de defesa.
 - (C) ferramentas tecnológicas constituem intolerável ameaça ao interesse público e ao direito individual de defesa.
 - (D) a preservação do interesse público não justifica a inobservância do exercício prévio de um direito.
 - (E) a eliminação dos direitos individuais é uma prerrogativa do Estado no caso de flagrante corrupção.



4. Considere as seguintes afirmações:
- I. Os avanços tecnológicos instam os agentes do Direito a admitir o recurso a ferramentas modernas de investigação, para garantir a manutenção da ordem jurídica.
 - II. A utilização, por parte do Estado, de ferramentas tecnológicas de investigação só se justifica quando foram estas mesmas que possibilitaram um desvio de conduta.
 - III. Uma rigorosa e inflexível observância dos direitos individuais pode ter como consequência um prejuízo irreparável para o interesse público.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.
-
5. *O Direito não pode ignorar essa realidade, sob pena de não cumprir sua função: manter a ordem jurídica.*
- Na frase acima, pode-se substituir o segmento sublinhado, sem prejuízo para a correção e a coerência do enunciado, por:
- (A) conquanto deixe de observar sua prerrogativa.
 - (B) ainda que não se prenda ao seu desígnio.
 - (C) salvo se não quiser fraudar o que dele se espera.
 - (D) a menos que se omita de exercer seu papel.
 - (E) ressalvando-se o desvio de sua missão.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) A utilização de modernas ferramentas tecnológicas, imprescindíveis em muitas investigações, acabam por propiciar alguns conflitos jurídicos.
 - (B) Assistem a comerciantes inescrupulosos ou a indivíduos corruptos o direito de defesa prévia, enquanto continuam a praticar graves delitos?
 - (C) O autor do texto é muito cuidadoso no que tange à preservação de direitos individuais, quando podem feri-los iniciativa de atos estatais.
 - (D) Deve-se tolerar que pessoas continuem a ser contaminadas por alimentos, para que se garanta ao cruel comerciante todas as prerrogativas da defesa?
 - (E) Deve-se às frequentes quebras de sigilo telefônico uma sucessão de embates na justiça, sobretudo nos casos em que há mera suspeição.
-
7. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) O Direito não pode ignorar uma realidade como a nossa, em cuja as relações humanas são fugazes e imprevisíveis.
 - (B) São muitos os avanços tecnológicos, dos quais se pode recorrer, por exemplo, no caso de uma investigação sigilosa.
 - (C) São considerados mais graves aqueles prejuízos onde o mal, uma vez desencadeado, gera efeitos irreversíveis.
 - (D) As escutas telefônicas, para cuja autorização foi consultado um juiz, constituem casos em que há muita polêmica.
 - (E) A quebra de sigilo telefônico é uma providência à qual só se deve lançar mão em casos excepcionais.
-
8. Estão corretos o emprego e a flexão de todas as formas verbais na frase:
- (A) Se um cidadão for irresponsável e não reter sua ambição criminosa, poderá ficar privado do exercício prévio do direito de defesa.
 - (B) As informações que forem aprendidas por meio de quebra de sigilo telefônico podem estar suprindo um direito individual.
 - (C) A autoridade que se propuser a acessar informações sigilosas deverá respaldar essa medida com a obtenção de ordem judicial.
 - (D) Os efeitos que advirem de uma escuta telefônica só se legitimarão quando tenha sido autorizada por um juiz de direito.
 - (E) No caso de um direito individual se sobrepuser ao interesse público, prefigura-se uma situação de conflito no interior da ordem jurídica.
-
9. Considere as seguintes frases:
- I. É preciso ter cautela com as ordens judiciais, que constituem desrespeito a um direito individual.
 - II. Em alguns casos de quebra de sigilo telefônico, há evidente abuso de autoridade.
 - III. Frequentemente, os jornais noticiam casos polêmicos de quebra de sigilo telefônico.
- A supressão da vírgula provocará alteração de sentido **tão-somente** no que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
10. Está INADEQUADO o emprego de um pronome em:
- (A) Ele não viu por que autorizar, num caso como aquele, a quebra do sigilo telefônico.
 - (B) Não lhe pareceu necessário explicar a ninguém o por quê de haver dado aquela autorização.
 - (C) Ele chamou para si toda a responsabilidade pela quebra do sigilo telefônico.
 - (D) Não me peças que concorde com tua posição só porque és mais versado em assuntos jurídicos.
 - (E) Se Vossa Excelência pretende emitir a autorização, afianço-lhe que recorrerei de sua decisão.



Atenção: As questões de números 11 a 19 referem-se ao texto que segue.

Cronistas

Profissão das mais invejáveis, a de cronista. Regularmente, deve escrever e enviar um pequeno texto para um jornal, tratando de qualquer coisa com alguma graça, ou com melancolia, ou com desbragado humor, ou mesmo com solene poesia. Se não lhe ocorre qualquer assunto, sempre pode discorrer sobre a falta de assunto. E se uma grande ideia de repente o assalta, ótimo, ela bem poderá render uma sequência de três ou quatro crônicas. A imaginação entra em greve? Puxa uma revista ou jornal e faz uma disfarçada paráfrase da matéria que um repórter levou tempo para apurar. Ou que tal vingar-se da amada que o abandonou, colocando-a como protagonista de uma cena tão imaginária como ridícula?

Não se ganha muito dinheiro, em geral, mas sempre dá para pagar as pequenas dignidades. E há também quem alimente a esperança de que o exercício da crônica leve ao do conto, e este ao romance, de tal forma que, de repente, passe a ser reconhecido como um escritor de verdade. Esta é a ambição de um cronista não-convicto: começar a ser considerado um Escritor.

Mas essa condição de Escritor, vista sob outra perspectiva, pode não ser tão invejável como a de um cronista: aquele tem que tratar, em centenas de páginas, dos grandes dramas humanos, das aflições intensas de um ou mais indivíduos, das paixões profundas, dos amplos painéis sociais etc. E aí ele não consegue mais ver sentido em escrever trinta linhas sobre, por exemplo, o prazer que é abrir numa manhã a janela e ver passar na calçada a beleza distraída de uma moça apressada, que vira a esquina e desaparece para sempre. Talvez para não perder a oportunidade de registrar o encanto do efêmero, talvez por preguiça, há cronistas, como Rubem Braga, que jamais deixam de ser tão-somente cronistas. "Tão-somente", aliás, não se aplica, em absoluto, a esse admirável Escritor de crônicas. Quem as conhece não recusará ao velho Braga esse E maiúsculo, que o identifica como um dos maiores autores da nossa literatura.

(Eleutério Damásio, cronista inédito)

11. A afirmação de que a profissão de cronista é das mais invejáveis

- (A) constitui tão-somente uma observação preliminar, já que não integra o núcleo temático do texto.
- (B) representa uma convicção plena do autor, já que em nenhum momento ele relativiza o valor de uma crônica.
- (C) deve-se ao fato de que a crônica demove aquele que a escreve da tentação de ser um contista ou romancista.
- (D) prende-se à variedade de assuntos, recursos e tons que se oferecem a quem se dedica a esse gênero.
- (E) justifica-se pelo fato de que uma crônica se limita ao que é efêmero, o que a desobriga de ser bem elaborada.

12. Considere as seguintes afirmações:

- I. A referência a Rubem Braga constitui um incentivo aos que se exercitam na crônica para depois se dedicarem a textos mais nobres.
- II. A um grande romancista pode faltar motivação para expressar o encantamento poético de uma cena rápida e casual do cotidiano.
- III. Ao reconsiderar o emprego da expressão "tão-somente", o autor do texto está admitindo que a restrição fora, no caso, inadequada.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

13. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *com desbragado humor* = com insinuante ironia.
- (B) *colocando-a como protagonista* = inibindo sua atuação.
- (C) *tão imaginária como ridícula* = fantasiosa e risível, num mesmo grau.
- (D) *dos amplos painéis sociais* = de largos espectros populares.
- (E) *não se aplica, em absoluto* = não se converte, integralmente.



14. *Não se ganha muito dinheiro, / mas sempre dá para pagar as pequenas dignidades.*
- Preserva-se a relação de sentido entre os segmentos destacados na frase acima em:
- (A) Não se ganha muito dinheiro, uma vez que sempre dá para pagar as pequenas dignidades.
- (B) Sempre dá para pagar as pequenas dignidades, conquanto não se ganhe muito dinheiro.
- (C) Desde que não se ganhe muito dinheiro, sempre dá para pagar as pequenas dignidades.
- (D) Sempre dá para pagar as pequenas dignidades, por conseguinte não se ganha muito dinheiro.
- (E) Haja vista que sempre dá para pagar as pequenas dignidades, não se ganha muito dinheiro.
-
15. Está INADEQUADA a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Se não viesse a ocorrer-lhe qualquer assunto, sempre poderia ter discorrido sobre a falta deste.
- (B) E havia a esperança de que o exercício da crônica o levasse ao do conto, e este o levasse ao do romance.
- (C) Quando uma grande ideia o assaltar, talvez venha a lhe render uma sequência de três ou quatro crônicas.
- (D) No caso de se tornar um grande romancista, talvez passe a não enxergar a beleza das pequenas coisas transitórias.
- (E) Ele se notabilizou por escrever belos romances, mas já havia criado inspiradas crônicas da vida cotidiana.
-
16. Está inteiramente correta a pontuação da seguinte frase:
- (A) Algumas profissões são invejáveis como a de cronista: mas sempre há quem costume diminuir por despeito, o valor desse escritor.
- (B) Por esta, ou aquela razão, há muitos críticos que diante de uma crônica, veem-na como um gênero menor.
- (C) São, de fato, várias as razões, para que não se deprecie o valor literário, de crônicas regularmente publicadas num jornal.
- (D) Não cabe ao leitor mais rigoroso, alimentar qualquer preconceito diante de um gênero literário, que explora a poesia das coisas pequenas.
- (E) Sempre haverá cronistas que, a despeito de certa má-vontade contra o gênero, ou até por isso mesmo, dedicar-se-ão exclusivamente a ele.
-
17. Crônicas? Muita gente está habituada a ler crônicas, mas nem todos concedem às crônicas um valor equivalente ao de outros gêneros; alegam faltar às crônicas a altitude de um romance, e deixam de reconhecer as crônicas como vias de acesso imediato à poesia do dia-a-dia.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) as ler – lhes concedem – faltar-lhes – lhes reconhecer
- (B) lê-las – lhes concedem – faltar-lhes – reconhecê-las
- (C) ler a elas – as concedem – lhes faltar – reconhecerê-las
- (D) lê-las – concedem-nas – faltar a elas – as reconhecer
- (E) as ler – concedem-lhes – lhes faltar – reconhecer-lhes
-
18. NÃO admite transposição para a voz passiva o seguinte segmento do texto:
- (A) (...) *deve escrever e enviar um pequeno texto para um jornal (...)*
- (B) *Talvez para não perder a oportunidade (...)*
- (C) (...) *jamais deixam de ser tão somente cronistas.*
- (D) (...) *esse E maiúsculo, que o identifica como um dos maiores autores da nossa literatura.*
- (E) (...) *faz uma disfarçada paráfrase da matéria (...)*
-
19. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) Não obstante (poder) faltar à crônica as ambições de um romance, ela atrai o interesse de inúmeros leitores.
- (B) Por que razão não se (reconhecer) no grande cronista de jornal os mesmos méritos de outros escritores?
- (C) O fato de que (costumar) interessar a um cronista os aspectos triviais da vida cotidiana em nada diminui o valor das crônicas.
- (D) Não (assistir) aos leitores ou aos críticos literários o direito de alimentar preconceitos em relação a qualquer gênero.
- (E) O grande mérito de Rubem Braga, pelo qual se (consagrar) seus livros de crônicas, está sobretudo no apuro e na poesia de sua linguagem.



Atenção: As questões de números 20 a 25 referem-se ao texto que segue.

Segredo

Há muitas coisas que a psicologia não nos explica. Suponhamos que você esteja em um 12º andar, em companhia de amigos, e, debruçando-se à janela, distinga lá embaixo, inesperada naquele momento, a figura de seu pai, procurando atravessar a rua ou descansando em um banco diante do mar. Só isso. Por que, então, todo esse alvoroço que visita a sua alma de repente, essa animação provocada pela presença distante de uma pessoa de sua intimidade? Você chamará os amigos para mostrar-lhe o vulto de traços fisionômicos invisíveis: "Aquele ali é papai". E os amigos também hão de sorrir, quase enternecidos, participando um pouco de sua glória, pois é inexplicavelmente tocante ser amigo de alguém cujo pai se encontra longe, fora do alcance de seu chamado.

Outro exemplo: você ama e sofre por causa de uma pessoa e com ela se encontra todos os dias. Por que, então, quando essa pessoa aparece à distância, em hora desconhecida aos seus encontros, em uma praça, em uma praia, voando na janela de um carro, por que essa ternura dentro de você, e essa admirável compaixão?

Por que motivo reconhecer uma pessoa ao longe sempre nos induz a um movimento interior de doçura e piedade? (...) Até para com os nossos inimigos, para com as pessoas que nos são antipáticas, a distância em relação ao desafeto atua sempre em sentido inverso. Ver um inimigo ao longe é perdoá-lo bastante.

(Paulo Mendes Campos – **Crônicas escolhidas**. S.Paulo: Ática, 1981, p.p. 49-50)

20. O segredo anunciado no título da crônica ganha especificidade como tema central do texto na seguinte formulação:

- (A) *Há muitas coisas que a psicologia não nos explica.*
- (B) *(...) você ama e sofre por causa de uma pessoa e com ela se encontra todos os dias.*
- (C) *E os amigos também hão de sorrir, quase enternecidos, participando um pouco de sua glória (...)*
- (D) *Por que motivo reconhecer uma pessoa ao longe sempre nos induz a um movimento interior de doçura e piedade?*
- (E) *Ver um inimigo ao longe é perdoá-lo bastante.*

21. O sentimento inexplicável de que trata o cronista vincula-se a uma aparente contradição, que pode ser assim formulada:

- (A) A virtude da compaixão induz-nos a perdoar nossos maiores inimigos.
- (B) A percepção do inalcançável pode converter-se em afetiva aproximação.
- (C) Todas as hostilidades sucumbem a um gesto sincero de aproximação.
- (D) Não há distância que não possa ser suprimida pelo amor.
- (E) O distanciamento faz reconhecer qualidades em quem não parecia tê-las.

22. Considere as seguintes afirmações:

- I. Na frase "*Aquele ali é papai*" (1º parágrafo), expressam-se, em sequência: índice de proximidade, índice de distanciamento e identificação carinhosa.
- II. Em *voando na janela de um carro* (2º parágrafo), é um índice de velocidade que traduz a percepção do inalcançável.
- III. A expressão *atua sempre em sentido inverso* (3º parágrafo) refere-se ao fato de que, diante do inimigo, ocorre o oposto de uma *animação provocada pela presença distante*.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

23. *Por que motivo reconhecer uma pessoa ao longe sempre nos induz a um movimento interior de doçura e piedade?*

Numa reconstrução da frase acima, iniciando-a pelo segmento *Por que sempre somos induzidos a um movimento interior de doçura e piedade*, uma complementação correta e coerente será:

- (A) tendo motivo para reconhecer uma pessoa ao longe?
- (B) em vista de se haver reconhecido uma pessoa ao longe?
- (C) caso reconhecêssemos uma pessoa ao longe?
- (D) toda vez em que reconhecermos uma pessoa ao longe?
- (E) assim que reconhecemos uma pessoa ao longe?

24. É adequado o emprego e correta a grafia de todas as palavras da frase:

- (A) É prazeroso o reconhecimento de uma pessoa que, surgindo longínqua, parece então mais próxima que nunca – paradoxo pleno de poesia.
- (B) A abstenção da proximidade de alguém não impede, segundo o cronista, que nossa afetividade aflore e haja para promover uma aproximação.
- (C) Nenhuma distância dilui o afeto, pelo contrário: o reconhecimento da amada longeva avizinha-a de nós, fá-la mais próxima que nunca.
- (D) O cronista ratifica o que diz um velho provérbio: a distância que os olhos acusam não exclue a proximidade que o nosso coração promove.
- (E) Os poetas românticos eram obsecados por imagens que, figurando a distância, expressavam com ela a gosa inatingibilidade de um ideal.

25. A expressão **de que** preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) A compaixão humana é um sentimento o cronista recusa a se distanciar.
- (B) O sentimento da compaixão é uma virtude humana o cronista não se furta a valorizar.
- (C) A compaixão humana é um sentimento o cronista não se esquiva de enaltecer.
- (D) O sentimento da compaixão é uma virtude humana o cronista sabe reconhecer e valorizar.
- (E) A compaixão humana é um sentimento o cronista deseja dividir com o leitor.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

26. O conceito de normas materialmente constitucionais

- (A) é antagônico ao de normas formalmente constitucionais.
- (B) importa na atribuição de rigidez às normas que versem sobre matéria tipicamente constitucional.
- (C) foi utilizado pela Constituição do Império (1824) para flexibilizar parcialmente a Constituição.
- (D) apenas apresenta alguma utilidade nos Estados dotados de Constituições inorgânicas (não escritas) e flexíveis.
- (E) é aquele segundo o qual são normas constitucionais as que estejam contidas dentro do documento intitulado Constituição.

27. A norma do artigo 218, *caput*, da Constituição, segundo a qual "o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas", deve ser classificada como

- (A) inconstitucional e sem nenhum efeito, por ofensa ao princípio da livre iniciativa.
- (B) programática, de eficácia limitada.
- (C) meramente indicativa e não-vinculante aos Poderes Públicos.
- (D) plenamente eficaz, porém restringível por meio de lei.
- (E) de eficácia plena e aplicabilidade imediata.

28. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, uma ação direta de inconstitucionalidade, tendo como parâmetro a Constituição Federal, pode ter por objeto

- (A) lei ou ato normativo municipal.
- (B) proposta de emenda constitucional.
- (C) legislação revogada.
- (D) a omissão do Poder Executivo no cumprimento de norma legal.
- (E) tratado internacional incorporado ao ordenamento interno.

29. Em relação aos direitos fundamentais sociais, consagrados pela Constituição brasileira, é correto afirmar, de acordo com a jurisprudência da Supremo Tribunal Federal, que

- (A) têm como sujeitos passivos os empregadores privados e não o Poder Público.
- (B) são veiculados por normas de eficácia limitada, dependentes de legislação integrativa.
- (C) podem gerar prestações estatais em âmbito federal, porém não são vinculantes para Estados e Municípios.
- (D) sua efetivação pode ser buscada, em caso de óbice relativo à ausência de norma regulamentadora, por meio de mandado de injunção.
- (E) dispensam legislação integrativa, caracterizando direitos públicos subjetivos tuteláveis por meio de mandado de segurança.

30. O Presidente da República decreta intervenção em determinado Estado-membro que, no exercício anterior, deixou de aplicar o mínimo constitucionalmente exigido na manutenção e desenvolvimento do ensino. O ato de intervenção é

- (A) inconstitucional, pois dependia do provimento de representação pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) inconstitucional por competir ao Conselho Federal da Educação, nessa hipótese.
- (C) constitucional, passando o interventor nomeado a exercer as atribuições do Governador e da Assembléia Legislativa.
- (D) inconstitucional, pois dependia de aprovação prévia do Congresso Nacional.
- (E) constitucional, devendo ser submetido ao Congresso Nacional para aprovação.

31. O rateio da competência legislativa entre as entidades federadas, estabelecido pela Constituição de 1988, admite

- (A) o exercício de funções legislativas pelas Regiões Metropolitanas, desde que previsto em lei complementar estadual.
- (B) a regulamentação integral pela União das matérias submetidas a legislação concorrente, desde que por meio de lei complementar.
- (C) que os Municípios legislem sobre todas as matérias que não tenham sido atribuídas privativamente à União, em concorrência com os respectivos Estados-membros.
- (D) que os Estados legislem sobre matérias de competência privativa da União, desde que autorizados por lei complementar federal.
- (E) a suplementação pelos Estados de normas gerais federais em matérias de competência concorrente, porém não a regulamentação dessas matérias em caso de inexistência das referidas normas.

32. Depende de deliberação do Congresso Nacional, em sessão conjunta da Câmara e do Senado Federal,

- (A) a aprovação de emenda constitucional, em dois turnos de votação.
- (B) a rejeição de veto presidencial a projeto de lei.
- (C) o julgamento do Presidente da República por crime de responsabilidade.
- (D) a aprovação de medida provisória, após o parecer de comissão mista de Deputados e Senadores.
- (E) a delegação ao Presidente da República da competência para legislar sobre nacionalidade e direitos políticos.



33. O Presidente da República edita medida provisória instituindo um novo Código de Defesa do Consumidor. Após 75 (setenta e cinco) dias de tramitação na Câmara dos Deputados, aprova-se o respectivo projeto de conversão, que, remetido ao Senado, é aprovado 25 (vinte e cinco) dias depois, com emendas, posteriormente ratificadas em 10 (dez) dias, pela Câmara. O projeto de conversão, assim emendado, vem a se converter em lei, após a sanção presidencial. Essa lei é
- (A) inconstitucional, pois o projeto de conversão deveria ter sido aprovado na Câmara em 60 (sessenta) dias, salvo pedido de prorrogação pelo Presidente, o que não ocorreu.
 - (B) inconstitucional, já que as medidas provisórias não podem ser emendadas pelo Congresso Nacional.
 - (C) constitucional, na medida em que as emendas congressuais acabaram sendo acolhidas pelo Presidente da República.
 - (D) inconstitucional, porquanto não se pode editar medida provisória sobre matéria relativa ao Direito Civil.
 - (E) inconstitucional, pois o procedimento célere de conversão em lei de medidas provisórias é incompatível com a apreciação de projetos de codificação.
34. Determinado Governador do Estado ingressa com ação direta de inconstitucionalidade, tendo por objeto dispositivo de lei federal. Por discordar da pretensa inconstitucionalidade, seu sucessor formula pedido de desistência da ação, que, todavia, vem a ser indeferido de plano no Supremo Tribunal Federal. Essa decisão interlocutória é
- (A) correta, pois se trata de um contencioso objetivo em que, uma vez provocado o órgão de controle, não tem o requerente a possibilidade de afastar a fiscalização.
 - (B) incorreta, pois deveriam ter sido consultados os órgãos emissores do ato legislativo impugnado, homologando-se a desistência em caso de concordância com o pedido do requerente.
 - (C) correta, pois o controle de constitucionalidade por meio de ação direta não configura, propriamente, exercício de função jurisdicional, não se aplicando os princípios que lhe são inerentes.
 - (D) correta, pois uma vez formulado pedido de desistência de ação direta cabe ao Supremo Tribunal Federal, discricionariamente, prosseguir ou não na análise da questão de constitucionalidade suscitada.
 - (E) incorreta, pois o controle jurisdicional de constitucionalidade no Brasil é exercido por meio de processos de índole subjetiva, em que as partes podem dar azo à extinção sem julgamento de mérito.
35. A garantia da estabilidade, conferida aos servidores públicos após 3 (três) anos de efetivo exercício,
- (A) impede a extinção do cargo respectivo, salvo por meio de lei.
 - (B) é aplicável tanto aos servidores efetivos, quanto aos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão.
 - (C) é compatível com a demissão por razões disciplinares, mesmo por meio de simples processo administrativo, assegurada a ampla defesa.
 - (D) impede a redução de vencimentos ou subsídios, ressalvadas as exceções constitucionais.
 - (E) prescinde de prévia avaliação de desempenho para ser concedida.
36. A norma constitucional que atribui aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas importa
- (A) no caráter vinculante dos pareceres emitidos, estando as autoridades e órgãos estaduais ou distritais jungidos à observância de seus termos e conclusões.
 - (B) na vedação da contratação de pareceres de juristas privados, mesmo que em apoio à atuação das correspondentes Procuradorias Gerais e versando sobre questões específicas, de elevada complexidade.
 - (C) no caráter vinculante dos pareceres emitidos, estando as autoridades e órgãos estaduais ou distritais jungidos à observância de suas conclusões, porém não de seus fundamentos.
 - (D) na exclusividade da representação dessas entidades na celebração de contratos, convênios ou quaisquer outros negócios jurídicos com implicações jurídicas.
 - (E) na correspondente vedação ao Ministério Público do exercício dessa atividade, mesmo a título supletivo, em caso de inexistência de Procuradores na Comarca-sede do órgão consulente.
37. Um determinado Município excedeu o limite de despesa com o seu pessoal ativo e inativo fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em razão disso, decorrido o prazo para a adequação dessas despesas aos parâmetros legais,
- (A) o Prefeito respectivo não poderá se candidatar à reeleição.
 - (B) o Município será passível de intervenção federal.
 - (C) o Município não mais receberá repasses do Fundo de Participação dos Municípios, até que sobrevenha a regularização de seus gastos.
 - (D) o Município não mais receberá repasses voluntários de verbas federais ou estaduais, enquanto permanecer acima do limite referido.
 - (E) será nomeado interventor pelo respectivo Estado-membro, com poderes para, inclusive, exonerar, motivadamente, servidores estáveis.
38. Após se sagrar vencedora em procedimento licitatório, empresa privada se vê impedida de celebrar contrato com o Estado para o fornecimento de material de escritório, por se encontrar em débito para com o sistema de seguridade social. No caso, à luz da Constituição Federal, o impedimento é
- (A) improcedente, por haver sido suscitado após a adjudicação do objeto ao licitante vencedor.
 - (B) procedente e se estende ao recebimento de benefícios ou incentivos fiscais.
 - (C) improcedente, na medida em que o procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta, independentemente de haver sido formulada por licitante em débito para com a seguridade social.
 - (D) procedente, porém poderá ser relevado, desde que a empresa firme declaração se comprometendo em regularizar a situação em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
 - (E) improcedente, por se tratar de licitação realizada por Administração Estadual, sendo certo que o débito apontado diz respeito a entidade autárquica federal.



<p>39. É correto afirmar que a Teoria do Poder Constituinte</p> <p>(A) está diretamente associada à idéia de supremacia formal ou hierárquica das normas constitucionais.</p> <p>(B) apresenta o mesmo desenvolvimento, no plano doutrinário, quer se trate de Estados dotados de Constituições rígidas ou flexíveis.</p> <p>(C) não se compadece com a elaboração de Constituições senão por meio de Assembléias Constituintes, convocadas exclusivamente para esse fim.</p> <p>(D) constitui construção ideológica própria do constitucionalismo liberal do século XVIII, apresentando reduzida importância nos Estados constitucionais de perfil intervencionista.</p> <p>(E) restou superada pela integração dos Estados em blocos regionais, em decorrência do fenômeno da globalização.</p>	<p>42. A criação de entidades da Administração indireta e a transferência, a estas, de atividades e competências originalmente atribuídas a órgãos da administração direta são decorrência de políticas administrativas tendentes à</p> <p>(A) desconcentração.</p> <p>(B) descentralização.</p> <p>(C) privatização.</p> <p>(D) regulamentação.</p> <p>(E) subsidiariedade.</p>
<p>40. Dentre as múltiplas competências do Supremo Tribunal Federal, NÃO se inclui a de</p> <p>(A) propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos da Secretaria do Tribunal.</p> <p>(B) rever, mediante recurso extraordinário, decisões de única ou última instância que julguem válida lei local contestada em face de lei federal.</p> <p>(C) expedir súmulas contendo orientação, em matéria constitucional, sobre a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, vinculativas de todos os Poderes e níveis federativos.</p> <p>(D) suspender, total ou parcialmente, a eficácia de lei ou ato normativo federal ou estadual, mediante a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>(E) julgar os seus próprios Ministros no caso de acusação pela prática de infração penal comum.</p>	<p>43. A respeito da invalidação e da convalidação do ato administrativo, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ato viciado que também configure crime é passível de saneamento, a critério da Administração.</p> <p>(B) os efeitos de todos os atos administrativos tornam-se automaticamente perenes e imutáveis depois de transcorrido um ano de sua edição.</p> <p>(C) é possível haver interesse público na manutenção dos efeitos de atos administrativos viciados, em nome de princípios jurídicos tais como a proporcionalidade e a boa-fé.</p> <p>(D) o regime jurídico correspondente é idêntico, tanto para os atos administrativos nulos, como para aqueles ditos anuláveis.</p> <p>(E) a matéria não pode ser objeto de apreciação pelo Poder Judiciário, por ser considerada exclusivamente de conveniência e oportunidade da Administração.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>41. De acordo com o princípio da legalidade, em matéria administrativa, a Administração apenas pode praticar os atos que sejam expressamente permitidos pela lei. A partir deste enunciado, conclui-se que</p> <p>(A) a observância de medidas provisórias, pela Administração, ofende o princípio da legalidade porque elas não são consideradas lei formal.</p> <p>(B) a Administração poderá praticar os atos permitidos pela lei e, em caso de omissão, estará legitimada a atuar se for habilitada a tanto por decreto do Chefe do Poder Executivo.</p> <p>(C) a prática de atos por razões de conveniência e oportunidade é violadora do princípio da legalidade, uma vez que o mérito do ato administrativo nestes casos não é definido em lei.</p> <p>(D) o controle de legalidade interno dos atos administrativos deve ser preocupação constante da Administração, como forma de atendimento do interesse público na preservação desta legalidade.</p> <p>(E) o reconhecimento de circunstâncias excepcionais, como estado de sítio e estado de defesa, autoriza a Administração a praticar atos discricionários e arbitrários, isentos de controle jurisdicional.</p>	<p>44. De acordo com a Lei nº 8.666/93, no procedimento licitatório</p> <p>(A) admitem-se apenas os recursos de pedido de esclarecimentos, impugnação e pedido de reconsideração.</p> <p>(B) nenhum recurso terá efeito suspensivo, a não ser que a autoridade administrativa competente assim o receba.</p> <p>(C) não cabe recurso contra o indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral.</p> <p>(D) os prazos recursais serão todos de 3 (três) dias úteis, se a licitação se desenvolver sob a modalidade de carta-convite.</p> <p>(E) o recurso contra a habilitação ou inabilitação dos licitantes terá efeito suspensivo.</p> <p>45. Em licitação sob a modalidade concorrência, a Administração tomou conhecimento de que um dos licitantes teve sua falência decretada, em momento posterior à sua habilitação. Diante de tal fato, a empresa foi notificada a prestar esclarecimentos e confirmou a decretação da falência, reconhecendo estar impossibilitada de prestar o serviço objeto da licitação, se vencedora. Já ocorreu a abertura dos envelopes dos concorrentes habilitados, mas não houve homologação nem adjudicação do respectivo objeto. Nesta situação,</p> <p>(A) a licitação deverá ser anulada porque o procedimento apresentou vício insanável, qual seja a habilitação de licitante que deveria ter sido inabilitado.</p> <p>(B) ao licitante em questão deverá ser concedido prazo razoável para providenciar sua recuperação judicial, sem prejuízo da participação nas fases posteriores do certame.</p> <p>(C) o licitante em questão terá, mesmo assim, direito líquido e certo à adjudicação do objeto da licitação, se vencedor.</p> <p>(D) a licitação deverá ser revogada por interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tanto.</p> <p>(E) o licitante em questão deverá ser desclassificado por motivo superveniente relacionado à habilitação.</p>



46. A inexecução total ou parcial de contrato dá à Administração Pública a prerrogativa de aplicar sanções de natureza administrativa. Quanto a tais sanções é correto afirmar que
- (A) os recursos administrativos contra a aplicação de penalidades não admitem efeito suspensivo.
 - (B) a pena de multa pode ser aplicada juntamente com qualquer uma das outras.
 - (C) a pena de suspensão temporária para participação em licitação não pode ultrapassar cinco anos.
 - (D) não cabe recurso da aplicação das penas de advertência, multa e suspensão temporária.
 - (E) é permitida a acumulação de sanções administrativas em qualquer hipótese.
47. A modalidade de licitação denominada Pregão pode ser realizada pelo tipo
- (A) melhor oferta.
 - (B) técnica.
 - (C) menor preço.
 - (D) técnica e preço.
 - (E) técnica e menor preço.
48. A respeito do contrato administrativo, é correto afirmar que
- (A) pode ser rescindido unilateralmente pela Administração por razões de interesse público fundadas e justificadas, sem falta do contratado, caso em que este fará jus à indenização pelos prejuízos comprovados que houver sofrido.
 - (B) a exceção de contrato não cumprido pode ser normalmente invocada pelo contratado, sem necessidade de recurso ao Judiciário.
 - (C) nos casos de interesse público relevante, o prazo de vigência poderá ser indeterminado.
 - (D) é admitida sua alteração unilateral pelo contratado, para melhor execução técnica do projeto ou das especificações.
 - (E) a existência de cláusula contratual de reajuste de preços impede o reequilíbrio econômico-financeiro, quando a Administração altera o projeto ou suas especificações.
49. São direitos comuns aos trabalhadores urbanos e aos servidores públicos:
- (A) duração do trabalho normal não superior a oito horas, décimo terceiro salário com base na remuneração integral e fundo de garantia do tempo de serviço.
 - (B) irredutibilidade de salário, piso salarial e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
 - (C) repouso semanal remunerado, remuneração do serviço extraordinário e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
 - (D) irredutibilidade de salário, licença-gestante e o gozo de férias anuais remuneradas.
 - (E) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, seguro-desemprego e adicional de remuneração para as atividades penosas insalubres.
50. Os serviços públicos podem ser classificados como
- (A) concedidos, quando outorgados por lei a outrem, que deve executá-los em nome do Estado que mantém a sua titularidade.
 - (B) impróprios, quando o Estado os assume como seus e os executa indiretamente.
 - (C) outorgados, quando o Estado transfere, por contrato ou ato unilateral, unicamente a execução dos serviços.
 - (D) delegados, quando o Estado os transfere por lei, criando uma entidade para executá-los.
 - (E) próprios, quando o Estado os assume como seus e os executa, direta ou indiretamente.
51. O instrumento jurídico adequado para a destinação de bens públicos às organizações sociais integrantes do terceiro setor é a
- (A) concessão de direito real de uso, com prévia licitação.
 - (B) autorização de uso, com prévia licitação.
 - (C) concessão de uso, sendo dispensada a licitação.
 - (D) permissão de uso, sendo dispensada a licitação.
 - (E) permuta, sendo dispensada a licitação.
52. Um cidadão, caminhando por uma rua, é atingido por um raio e morre. A prova técnica evidencia que não houve conduta comissiva nem omissiva do Estado, que contribuiu para esse evento. Neste caso,
- (A) não estão presentes os pressupostos da responsabilidade civil do Estado.
 - (B) a responsabilidade do Estado é objetiva e ele sempre responde pelos danos, independentemente de dolo ou culpa do agente.
 - (C) caracteriza-se a responsabilidade subjetiva, cabendo a quem aciona o Estado a prova de sua culpa, comissiva ou omissiva.
 - (D) o Estado não responde porque só se caracteriza sua responsabilidade na prática de ato ilícito.
 - (E) o Estado deve indenizar a família da vítima porque é evidente o nexo causal existente entre a queda do raio e a morte da vítima.
53. A retomada da execução do serviço pelo poder concedente, quando a concessão se revelar contrária ao interesse público, antes do prazo estabelecido, denomina-se
- (A) reversão, sem pagamento de indenização ao concessionário.
 - (B) concessão patrocinada, na qual mais de 70% da remuneração é paga pela Administração.
 - (C) encampação, fazendo jus o concessionário ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados.
 - (D) concessão administrativa, na qual a remuneração pode ser exclusivamente por contraprestação de natureza não pecuniária.
 - (E) caducidade, indenizando-se apenas a parcela não amortizada do capital.



54. Tendo em vista o regime estatutário dos servidores públicos e o regime previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que disciplina as relações de trabalho dos empregados públicos, é correto afirmar:
- (A) Os servidores públicos titulares de cargo em comissão estão vinculados ao regime geral de previdência social e ao regime jurídico laboral da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (B) Os Estados e os Municípios que optarem por contratar seu pessoal sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho não podem derrogar normas desse regime jurídico, para adaptá-las a situações de interesse público, ainda que relevantes.
- (C) Os empregados públicos de empresas públicas que exploram atividade econômica e recebem recursos públicos do Estado para custeio submetem-se à Consolidação das Leis Trabalhistas e não à regra constitucional que veda a acumulação remunerada de empregos, cargos ou funções.
- (D) Se houver consenso entre os servidores públicos estatutários e a Administração Pública a qual se subordinam são juridicamente admitidas alterações no regime jurídico que os vincula.
- (E) O provimento derivado vertical, por promoção, em cargo efetivo de carreira deve ser precedido de concurso público.

55. A apuração de irregularidade praticada por servidor estadual do Rio de Janeiro será feita mediante

- (A) apuração sumária, se se tratar de abandono de cargo ou função.
- (B) processo administrativo disciplinar, se a penalidade cabível em tese for de demissão ou cassação de aposentadoria.
- (C) sindicância, quando a penalidade em tese cabível for advertência, repreensão ou suspensão até 30 dias.
- (D) intervenção direta do superior imediato, se já existir denúncia do Ministério Público.
- (E) inquérito administrativo sempre que a penalidade cabível em tese for suspensão por mais de 30 dias.

Direito Processual

56. Sobre o recurso de agravo, no processo civil, é CORRETO afirmar:

- (A) Será sempre retido o agravo contra decisões proferidas pelo juízo monocrático depois de prolatada a sentença.
- (B) A decisão que determina a conversão do agravo de instrumento em retido é irrecurável, mas poderá ser reformada se o próprio relator a reconsiderá-la.
- (C) O prazo para a Fazenda Pública agravar é quádruplo.
- (D) O agravado apresentará sua defesa perante o juiz prolator da decisão, para permitir o juízo de retratação.
- (E) Se o juiz *a quo* retratar-se inteiramente em relação à decisão recorrida, o relator, liminarmente, negará provimento ao recurso.

57. Relativamente aos recursos cíveis, é CORRETO afirmar:

- (A) Contra acórdão que, por maioria, confirmar a sentença de primeiro grau, não cabem embargos infringentes.
- (B) Em nenhuma hipótese estará o Tribunal autorizado a julgar o mérito da causa se o juiz de primeiro grau não o tiver feito, sob pena de caracterizar supressão de uma instância de julgamento.
- (C) A insuficiência do preparo recursal implicará na automática decretação de deserção do recurso interposto.
- (D) Na hipótese de interposição de recurso adesivo, o recorrente do recurso dito principal somente dele poderá desistir com a anuência da outra parte.
- (E) O prazo para interposição de recurso por terceiro interessado conta-se da data de sua inequívoca ciência da decisão proferida.

58. A respeito das partes no processo e seus procuradores, considere:

- I. Ao advogado, para desistir, receber e dar quitação, não basta exibir a procuração geral para o foro.
- II. Se a parte ou seu procurador empregar expressão injuriosa em determinada petição, o juiz, de ofício, determinará a substituição da peça apresentada.
- III. Serão sempre sujeitos do processo o autor, o réu, o juiz e promotor.
- IV. Admite-se no processo a legitimação de entes que não têm personalidade jurídica, desde que prevista em lei.
- V. A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, III e IV.

59. Sobre a competência no processo civil, é CORRETO afirmar:

- (A) A incompetência em razão da matéria deve ser arguida por meio de exceção.
- (B) A incompetência em razão da hierarquia é relativa.
- (C) A incompetência funcional é absoluta e deve ser arguida como preliminar da contestação.
- (D) O juiz sempre pode, de ofício, declarar-se incompetente.
- (E) Sendo acolhida a exceção de incompetência, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito da causa.



<p>60. O processo será extinto COM resolução do mérito,</p> <p>(A) se a ação for considerada intransmissível por disposição legal e quando o réu reconhecer a procedência do pedido.</p> <p>(B) se o juiz acolher a alegação de preempção e quando pronunciar a decadência.</p> <p>(C) se o autor renunciar ao direito sobre o que se funda a ação e quando o juiz acolher a alegação de coisa julgada.</p> <p>(D) quando o juiz reconhecer a ilegitimidade de parte e quando acolher o pedido de desistência da ação.</p> <p>(E) quando o juiz, de ofício, reconhecer a ocorrência de prescrição ou de decadência legal.</p>	<p>63. Sobre as respostas do réu em uma ação de conhecimento considere:</p> <p>I. De acordo com o ônus da impugnação específica, o réu, até a decisão saneadora, deverá manifestar-se sobre todos os fatos narrados na petição inicial, sob pena destes serem tidos por incontroversos.</p> <p>II. Antes de discutir o mérito, caberá ao réu, na contestação, arguir a preempção, quando esta tiver ocorrido.</p> <p>III. A exceção de incompetência poderá ser protocolizada no juízo do domicílio do réu, com requerimento de sua remessa ao juízo que determinou a citação.</p> <p>IV. Os fatos não impugnados pelo réu na contestação não serão tidos por incontroversos, se estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.</p> <p>V. Se indeferida liminarmente a reconvenção, contra essa decisão caberá apelação que deverá ser recebida somente no efeito devolutivo, permitindo o prosseguimento da ação.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, III e IV.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>
<p>61. Sobre a petição inicial e pedido, considere:</p> <p>I. É lícito ao autor alterar o pedido a qualquer tempo, desde que com o consentimento do réu.</p> <p>II. A petição inicial será indeferida se o juiz verificar, desde logo, a prescrição.</p> <p>III. Será considerada inepta a petição inicial se da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.</p> <p>IV. Contra o mesmo réu é permitida a cumulação de pedidos, mesmo que não haja conexão entre eles.</p> <p>V. É desnecessário formular na petição inicial, em qualquer tipo de procedimento, os quesitos para perícia, sem que se caracterize a preclusão para tal ato.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II, IV e V.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) III, IV e V.</p> <p>(E) I, III e V.</p>	<p>64. No tocante aos atos processuais, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A penhora poderá ser feita aos domingos, independentemente de autorização judicial, quando o adiamento puder causar grave prejuízo à parte ou à própria prestação jurisdicional.</p> <p>(B) Serão realizados em dias úteis das 6 às 20 horas, podendo ser concluídos após as 20 horas, se a interrupção prejudicar a diligência.</p> <p>(C) Pela intimação se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.</p> <p>(D) A citação pelo correio não se admite na execução civil e nas ações de estado.</p> <p>(E) O ato será válido quando alcançar a finalidade, mesmo se realizado de forma diversa da prevista em lei, quando inexistir cominação de nulidade.</p>
<p>62. Na execução por quantia certa contra devedor solvente:</p> <p>I. A adjudicação, pelo credor, do bem penhorado, prefere à sua alienação por iniciativa particular que, por sua vez, prefere à alienação em hasta pública.</p> <p>II. O executado será citado para pagar a dívida ou nomear bens à penhora, quando deverá observar a ordem legal para tal ato.</p> <p>III. Se o executado, citado, efetuar o pagamento integral da dívida no prazo de três dias, a verba honorária fixada pelo juiz será reduzida pela metade.</p> <p>IV. A substituição do bem penhorado, a pedido do executado, somente poderá ser formalizada se recair sobre dinheiro ou bem imóvel.</p> <p>V. Se reconhecer o crédito do exequente e, no prazo para oferecimento dos embargos depositar o equivalente a 30% do valor em execução, é facultado ao executado parcelar o restante da dívida em até seis parcelas mensais, que serão acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e V.</p> <p>(B) I, III e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>	



65. Quanto aos prazos processuais, é CORRETO afirmar:

- (A) O prazo para o réu revel recorrer conta-se a partir da intimação pessoal do seu curador.
- (B) Para sua contagem, como regra geral, inclui-se o dia do começo e exclui-se o do vencimento.
- (C) Os executados que tiverem advogados distintos terão prazo em dobro para apresentar embargos.
- (D) Quando a intimação do advogado se der por via eletrônica, considera-se publicada a decisão no dia útil subsequente à sua disponibilização no Diário da Justiça.
- (E) Suspenso o prazo processual, este recomeçará, por inteiro, após superada a causa de sua suspensão.

66. Sobre as provas no processo civil, é INCORRETO afirmar:

- (A) A inspeção judicial consiste na verificação direta pelo juiz em pessoas ou coisas e o juiz poderá ser assistido de um ou mais peritos ao realizá-la.
- (B) Realizada a prova pericial, poderá o perito ser convocado para prestar esclarecimentos em audiência e responder a perguntas, desde que previamente formuladas pelas partes.
- (C) A contestação da assinatura em documento impõe o ônus da prova a quem o produziu judicialmente.
- (D) A confissão é, de regra, indivisível, não podendo a parte, que a quiser invocar como prova, aceitá-la no tópico que o beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável.
- (E) O juiz não pode, de ofício, determinar a realização de qualquer prova, que não tenha sido requerida por pelo menos uma das partes ou pelo Ministério Público.

67. Os embargos do devedor na execução por título extrajudicial serão opostos no prazo de

- (A) 15 dias contados da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente de garantia do juízo e não terão, ordinariamente, efeito suspensivo, podendo ser alegada toda a matéria de defesa, que for oponível em ação de conhecimento.
- (B) 15 dias contados da intimação da penhora realizada e suspenderão o curso da execução, ficando a matéria de defesa limitada à nulidade do título ou da própria execução.
- (C) 10 dias contados da intimação da penhora realizada e suspenderão o curso da execução, sendo apenas oponível a matéria que fosse cabente em ação de conhecimento.
- (D) 10 dias contados da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente de penhora realizada e suspenderão o curso da execução, não havendo limitação legal à matéria de defesa.
- (E) 15 dias contados da juntada aos autos do mandado de intimação da penhora realizada e, ordinariamente, não terão efeito suspensivo, podendo ser suscitada a matéria de defesa que se considerar de ordem pública.

68. Na execução contra a Fazenda Pública,

- (A) é defeso à Fazenda arguir a prescrição do título executado através de exceção de pré-executividade, devendo, obrigatoriamente, fazê-lo por meio dos embargos.
- (B) o prazo para oposição dos embargos é de 15 dias.
- (C) não sendo oferecidos embargos pela Fazenda Pública, fica autorizada a antecipação da tutela desde que preenchidos os requisitos legais.
- (D) a devedora será citada para opor embargos no prazo de 10 dias e, se não os opuser, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal.
- (E) o sequestro de dinheiro para satisfação do débito será possível se o Presidente do Tribunal expedir a ordem de pagamento até o dia 31 de julho e o pagamento não se realizar no ano seguinte ao da solitação.

69. A respeito da ação rescisória, é INCORRETO afirmar:

- (A) Tem legitimidade na propositura da ação o terceiro juridicamente interessado.
- (B) É objeto de rescisão a sentença que, ao julgar ilegítima a parte, violar expressamente literal disposição de lei.
- (C) Pode ser objeto de rescisão a sentença de mérito, transitada em julgado, que tenha sido proferida por juiz absolutamente incompetente.
- (D) O prazo para sua propositura é de dois anos contados do trânsito em julgado da sentença que se pretende rescindir.
- (E) O prazo para contestar a ação rescisória deve ser fixado pelo relator, entre quinze e trinta dias.

70. Após a vigência da Emenda Constitucional nº 45, definiu-se a competência da Justiça do Trabalho para as ações

- (A) movidas por servidores públicos contra a entidade estatal a que serviram, mesmo se sujeitos a regime estatutário, quando a lide versar sobre seus vencimentos ou proventos de aposentadoria.
- (B) de indenização decorrentes de acidente do trabalho movidas pelos segurados contra o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.
- (C) de cobrança decorrentes de qualquer contrato de prestação de serviços.
- (D) de cobrança de qualquer benefício previdenciário.
- (E) de indenização decorrente de acidente do trabalho movidas pelo empregado contra o empregador.